

05 JUN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### Juíza rejeita liminar contra concurso na AL

Mariana Franco Ramos

*Reportagem Local*

Curitiba - A 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba rejeitou antontem a liminar proposta pelo servidor da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná Dante Alberto Anibelli Junior, que questionava a realização do concurso público na Casa. O curioso é que, até agora, o edital do exame, anunciado pelo presidente Valdir Rossoni (PSDB) no fim de 2013, para substituir pelo menos 50 cargos comissionados, sequer foi aberto.

A juíza substituta Fabiane Krueztzmann Schapinsky argumenta que não há elementos suficientes que amparem a tutela de urgência pleiteada. Funcionário dotado na diretoria administrativa e ex-chefe de segurança da AL, Anibelli Junior cita na ação popular a existência de supostas irregularidades, entre elas “superfaturamento, ausência de transparência do procedimento e desnecessidade das contratações”.

“O autor deixou de apresentar o parecer da Procuradoria da AL que reiteradamente menciona, assim como não demonstrou o valor global considerado ‘incompatível com o mercado’”, diz trecho do despacho.

A assessoria de imprensa da AL informou que a procuradoria ainda iria se posicionar a respeito, conforme determinação da juíza, e que a ação não teria cabimento pelo fato de o certame ainda nem ter acontecido.

Questionado sobre o assunto, Rossoni disse que essas são “as forças contrárias que ainda resistem às mudanças” feitas na Casa. “Eles foram demitidos e nós extinguímos aquele sistema de segurança. Hoje temos a Casa Militar, que vocês devem ter percebido a organização, a disciplina e o respeito para com quem visita (a AL).”

Segundo o tucano, se dependesse dele, o concurso já teria ocorrido. Antes da abertura do edital, os parlamentares devem votar a mensagem 233/2014, encaminhada na semana passada e que corta 120 cargos na Casa. “Sabemos que um projeto tramita em 15 dias, e espero ter o apoio e a boa vontade dos deputados.”

05 JUN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

# Promulgada PEC da

# Defensoria Pública

**Texto dá um prazo de 8 anos para contratação de pelo menos um defensor público em cada comarca do País**

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

**Curitiba** - O Congresso Nacional promulgou ontem a emenda constitucional determinando que cada unidade jurisdicional do Brasil conte com ao menos um defensor público em no máximo oito anos. Nesse período, os servidores devem trabalhar, de preferência, nas regiões mais populosas e com maiores índices de exclusão social. O projeto não traz, contudo, os impactos financeiros da mudança.

A sessão, comandada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), contou com a presença da ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, e de outras autoridades. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse que a proposta demorou mais de um ano para ser aprovada no Legislativo porque a equipe econômica do governo federal não havia dado o aval para a sua aprovação. "Quando a matéria estava pronta, o governo pedia: a área econômica está estudando, segura um pouco mais. E eu a segurava, e eu a segurava, pronto para votar. Os defensores públicos praticamente moravam na Câmara dos Deputados todas as semanas", afirmou Alves.

## PARANÁ

Penúltimo Estado do País a regulamentar a sua Defensoria Pública, em 2011, o Paraná conta hoje com 77 desses profissionais, dentro de um universo de 727 varas (96 trabalhistas, 72 federais e 559 estaduais), o que significa que pelo menos mais 650 vagas teriam de ser criadas. Os defensores já nomeados estão concentrados em 22 comarcas, sendo Curitiba (29), Paranaguá (6), Londrina (4) e Foz do Iguaçu (4), respectivamente, as com maior número.

Segundo a presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado, Thaísa Oliveira, que viajou a Brasília para acompanhar a promulgação, a meta é possível de ser alcançada, desde que haja "vontade política". Ela lembrou que recentemente foi aberto um novo concurso, para preenchimento de 129 cargos, mas que, por se tratar de ano eleitoral, a nomeação dos aprovados deve ocorrer somente em 2015.

"Estruturar a Defensoria é muito mais barato do que fazer convênio com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Os 800 defensores necessários no Paraná (cálculo feito tendo como base um estudo da Associação Nacional dos Defensores Públicos) não seriam tão caros como é a contratação de advogados dativos", afirmou.

## SUBSÍDIOS

Também ontem, começou a tramitar na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná um anteprojeto de lei complementar que reajusta em 6,28% os vencimentos básicos das carreiras de servidores e membros da Defensoria do Estado. Conforme a justificativa do governador Beto Richa (PSDB), não se trata de aumento, e sim de uma revisão geral anual, referente a 2014. O reajuste, diz, é o mesmo feito para os servidores do Poder Executivo.

"Isso tudo é equiparação. A gente recebe menos que o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. E não é só a questão remuneratória. Precisamos de uma estrutura física maior, nas prefeituras e fóruns, até para ter mais autonomia", defendeu Thaísa. (Com Agências)

05 JUN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Kassab é condenado prestes a fechar aliança

São Paulo - O ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD) foi condenado por improbidade administrativa por não respeitar a ordem judicial para pagar precatórios alimentares em 2006. A condenação ocorre no momento em que o ex-prefeito negocia o apoio do seu partido na eleição para o governo do Estado.

O juiz Evandro Carlos de Oliveira condenou Kassab a pagar multa equivalente a 30 vezes sua remuneração recebida no último mês de seu exercício enquanto prefeito em 2006. O ex-prefeito também teve os direitos políticos suspensos por três anos e não poderá contratar com o poder público nesse período. A decisão cabe recurso.

Os advogados Igor Tamasauskas e Pierpaolo Bottini, defensores de Kassab, alegam que "não se pode acusar o administrador público de agir com improbidade se não há capacidade financeira da prefeitura para arcar com todas as dívidas herdadas de administrações anteriores".

## LUIZ GERALDO MAZZA

### Folclore

Um desembargador frequentava o salão de cabeleleiro do Hotel Del Rey e um dia corrigiu um dos barbeiros que tinha se referido a um árbitro de futebol e acentuou "juiz não e sim árbitro". Nesta semana ele deu a notícia ao desembargador da liberdade do Lalau com a expressão "soltaram o árbitro".

Aí se enganou, pois esse era juiz famosíssimo.

## OSWALDO MILITÃO

● O ministro Joaquim Barbosa, do STF, comprou ingresso para o jogo entre Gana e Portugal, que será disputado em Brasília. Seus ancestrais eram ganeses.

05 JUN 2014


## METRO

### **TJ-PR. Promotora impede prisão ordenada por delegado**

Uma promotora proibiu a detenção de um porteiro do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), na manhã de ontem, após voz de prisão dada por um delegado impedido de entrar no estacionamento do Tribunal, no Centro Cívico.

O incidente ocorreu após uma cerimônia no Palácio Iguçu, em que mais de 500 policiais foram nomeados oficialmente pelo governo do Estado.

O delegado chamou agentes do Cope (Centro de Operações Policiais Especiais) para prender o funcionário e uma viatura chegou a ir até o local, mas a promotora intercedeu em favor do vigilante.

O TJ-PR e a Polícia Civil confirmam o caso, mas a polícia nega que tenha havido voz de prisão por parte do agente.  METRO CURITIBA

05 JUN 2014

METRO

# Violência contra a mulher: é hora do basta

Medo. É isso o que impede grande parte das mulheres de denunciar atos de violência sofridos em casa, no trabalho, na rua. Segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), 7 em cada 10 mulheres no mundo são, ou virão a ser, vítimas de agressão por parte de parceiros, familiares ou desconhecidos.

Abuso físico, ameaças, intimidação psicológica, assédio e violação sexual estão entre os principais casos. Estatísticas do Banco Mundial indicam que mulheres de 15 a 44 anos correm mais risco de estupro e violência doméstica do que de desenvolverem câncer, passarem por acidentes de carro, guerra ou malária.

## Traumas que ficam

Além da insegurança de ficar em casa, ou sair na rua, muitas mulheres que pas-

**Brasil ficou em 7º lugar entre os 84 países do mundo que cometeram mais feminicídios entre os anos de 2006 e 2010.**

MAPA DA VIOLÊNCIA (2012)

sam por agressões também se sentem incapacitadas de fazer algo por elas mesmas. "Na maioria dos casos, essas vítimas são colocadas em tal situação de inferioridade que não conseguem reagir; esse é o momento em que mais precisam de apoio", afirma Ivone Minhoto Meinão, vice-presidente da seção São Paulo da ABMM (Associação Brasileira de Mulheres Médicas) e participante do Fórum "Violência contra a mulher: aspectos jurídicos, penas e ações de apoio médico e governamental", realizado em 31 de maio.

Segundo ela, o estresse devido a agressão conti-

nua, ainda que verbal, pode gerar doenças graves na mulher. "Quando a pessoa se reprime e não consegue lidar com um problema que inicialmente é psicossomático, este pode se tornar real."

## Denúncia sim

Um estudo do Ipea aponta que, entre 2001 e 2011, ocorreram mais de 50 mil feminicídios no Brasil. Isto significa que, a cada ano, 5 mil mulheres foram mortas. Aproximadamente um terço dos crimes ocorreu na residência da vítima.

"Nós temos acompanhado, e digo que esse número não diminuiu: estatísti-

cas mostram que cerca de duas mulheres são assassinadas a cada duas horas dentro de casa, onde estariam seguras não fosse a violência machista", afirma Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil.

Muitas dessas perdas poderiam ter sido evitadas se as vítimas tivessem denunciado os agressores. "A denúncia é o primeiro passo para que a mulher acesse seus direitos e se posicione contra a impunidade", ressalta Gasman. "Recomendamos procurar serviços como o Ligue 180 e as casas de acolhimento."

Atualmente, existem 600 delegacias, 90 juizados e 40 defensorias especializados em violência contra a mulher no país.

**Alarante.** Casos de brutalidade verbal e física engrossam estatísticas no país e enaltecem a importância da denúncia

CONTINUA

# METRO

CONTINUAÇÃO

05 JUN 2014


## Lei Maria da Penha completará oito anos; saiba como ela funciona

Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, nº 11.340, entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano e está bem perto de completar oito anos. O texto estabelece que todo caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime e deve ser apurado por inquérito policial e remetido ao Ministério Público.

Além de acabar com as penas que antes eram pagas pelos agressores com cestas básicas e multas, a lei também passou a tipificar as situações sofridas pelas mulheres, o que inclui as violências física e sexual, além da psicológica, patrimonial (controle dos bens e finanças) e o assédio moral.

Recentemente, um projeto de lei entrou em discussão no Congresso Nacional para alterar a Lei nº 11.340. De acordo com nova proposta, o agressor deveria ser afastado imediatamente da mulher ameaçada ou violada, a mando do delegado que receber a queixa. Hoje em dia, somente o juiz pode determinar tal medida.

### Quem é ela?

O nome da lei foi escolhido em homenagem à biofarmacêutica cearense Maria da Penha, que foi agredida pelo marido durante anos. Por duas vezes, ele tentou matá-la e, em uma das ocasiões, ela ficou paraplégica. Penha atua em movimentos sociais que combatem a violência contra as mulheres. 



Maria da Penha luta pela causa feminina

05 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## Toda comarca do país terá de ter uma defensoria

O Congresso promulgou ontem emenda constitucional que determina que a União e os estados tenham, em até oito anos, ao menos um defensor público por comarca do país.

Segundo um estudo da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e do Ipea de 2013, do total de 2.680 comarcas no país, o serviço de defensoria pública estava presente em 754 delas (28,13%). No Paraná, além de Curitiba, apenas 21 das 161 comarcas tem o serviço.

O texto aprovado não traz os possíveis impactos financeiros da implantação da medida, mas, ao promulgar a emenda, o presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que o país precisa garantir "condições plenas de funcionamento" para as defensorias públicas.

"A Justiça brasileira, em seu sentido maior, não se fazia por inteiro, por que a Defensoria Pública carecia de demarcações inequívocas em nossa Constituição. Somente a certeza de que todos nós temos garantido o direito de ser defendidos é que torna viável o princípio constitucional da isonomia", afirmou Renan.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse que a proposta demorou mais de um ano para ser aprovada no Legislativo porque a equipe econômica do governo federal não havia dado o aval para a sua aprovação.

Mesmo prevista na Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública do Paraná só foi criada em junho de 2011. O estado foi o penúltimo a criar o órgão, responsável por atender pessoas que não podem pagar um advogado, oferecendo assistência jurídica integral e gratuita a todos que possuam renda de até três salários mínimos (por família).

# 6,28%

## DE REAJUSTE

é quanto o governo estadual ofereceu em um projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa ontem. O aumento é retroativo a 1º de maio. A defensoria conta hoje com 134 servidores, 82 deles defensores.

05 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### **Segue o jogo**

A 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba indeferiu uma liminar que pedia a suspensão imediata de um concurso que ainda será realizado pela Assembleia Legislativa. Segundo a juíza Fabiane Kruetzmann Schapinsky, o pedido, feito por um funcionário do Legislativo, não mostra indícios que justifiquem qualquer suspeita de irregularidade no processo. A notícia foi comemorada pelo presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), que atribuiu a ação a “forças ocultas” do parlamento.

### **PR nomeia delegados e investigadores da Divisão de Homicídios**

! O governador Beto Richa nomeou ontem cinco delegados e 30 investigadores da Polícia Civil que vão integrar a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que deve atuar em Curitiba e região metropolitana. Os delegados vão atender sete municípios da RMC: São José dos Pinhais, Araucária, Colombo, Pinhais, Almirante Tamandaré e Fazenda Rio Grande. Outros 80 investigadores foram nomeados para atuar nas delegacias da Divisão de Polícia Metropolitana. Os novos policiais serão incorporados às novas funções gradativamente.



05 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## PR tem 1.275 sob risco de inelegibilidade

Relação divulgada ontem mostra gestores públicos que tiveram contas reprovadas pelo TC, um dos critérios para barrar candidaturas. Palavra final, porém, caberá à Justiça

Euclides Lucas Garcia

O Tribunal de Contas do Estado (TC) divulgou ontem o nome de 1.275 paranaenses que podem ficar inelegíveis na disputa eleitoral deste ano. A relação, publicada no site do TC, identifica os gestores que tiveram alguma prestação de contas reprovada nos últimos oito anos, um dos critérios da Lei Eleitoral para impedir um candidato de concorrer a cargos públicos. Ao todo, são 1.783 processos — todos já transitados em julgado dentro do tribunal — de comprovação de gastos com problemas. Há gestores com mais de uma prestação de

contas considerada irregular.

A maioria dos casos envolve prefeitos, ex-prefeitos e presidentes de câmaras de vereadores. No documento do TC, constam ainda nomes de dirigentes de empresas públicas, autarquias, secretarias estaduais e ONGs que receberam dinheiro público para tocar projetos. Na eleição de 2008, por exemplo, uma reprovação de contas no TC fez com que o ex-deputado estadual Antonio Belinati tivesse o registro de candidatura a prefeito de Londrina impugnado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

### Base

As pessoas listadas, porém, não estão diretamente impedidas de disputar a eleição. A relação servirá de base para que partidos, coligações ou o Ministério Público peçam o impedimento do registro de algum candidato. Além disso, a própria Justiça Eleitoral cruza a lista de candidatos com a documentação fornecida pelo TC.

Para que determinada pessoa fique inelegível por ter tido uma prestação de contas reprovada, o juiz verifica a gravidade do problema,

sobretudo se houve, de fato, a intenção do gestor de cometer a irregularidade. Erros formais, como a falta de um documento, por exemplo, dificilmente costumam barrar candidaturas.

Além dessa relação, há outros critérios possíveis para impedir um candidato de concorrer, como uma irregularidade em processo no Tribunal de Contas da União (TCU) e as exigências da Lei da Ficha Limpa.

Na comparação com a última eleição, em 2012, o número total de pessoas que podem ficar inelegíveis cresceu 16,12% — de 1.098 para 1.275. Já em relação à quantidade de processos envolvendo contas desaprovadas, o aumento foi de 9,65% — de 1.626 para 1.783.

### Como achar

Para acessar os dados, é preciso entrar no site do TC, em [www.tce.pr.gov.br](http://www.tce.pr.gov.br). No alto da página, clique na aba “Serviços” e, em seguida, em “Documentos Oficiais”, na coluna do lado esquerdo. Por fim, entre em “Lista dos Agentes com Contas Irregulares”.

CONTINUA

05 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## NA BERLINDA

## CONTINUAÇÃO

Conheça alguns "figurões" que podem ficar inelegíveis no pleito deste ano:

**Antônio Toti  
Colaço Vaz**

Ex-deputado estadual e ex-prefeito de Irati



**Barbosa Neto**

Ex-deputado estadual e federal e ex-prefeito de Londrina



**Carlos  
Moreira  
Jr.**

Ex-reitor da UFPR



**Custódio  
da Silva**

Ex-deputado estadual e ex-vereador de Curitiba



**José Baka  
Filho**

Ex-prefeito de Paranaguá



**Luiz Fernando  
Ribas Carli**

Ex-prefeito de Guarapuava e ex-deputado estadual e federal

**Lygia Pupatto**

Ex-reitora da UEL e ex-secretária estadual da Ciência e Tecnologia



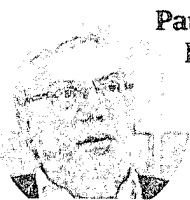
**Mário  
Lobo Filho**

Ex-superintendente do Porto de Paranaguá



**Padre Roque  
Zimmermann**

Ex-secretário estadual do Trabalho e ex-deputado federal



**Paulo Mac  
Donald  
Ghisi**

Ex-prefeito de Foz do Iguaçu



**Vitor Hugo  
Burko**

Ex-prefeito de Guarapuava e ex-presidente do IAP



**Yvelise  
Arco-Verde**

Ex-secretária estadual da Educação

## Quantidade e qualidade

Mais importante que o número de deputados federais e estaduais é a capacidade de a bancada paranaense trabalhar de forma coesa na defesa dos interesses do Paraná

**V**em causando polêmica a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) redefinindo o número de deputados estaduais e federais. Seguindo o preceito constitucional de que a distribuição do número de parlamentares entre os estados deve ser proporcional às respectivas populações, o TSE usou os dados do último censo do IBGE para determinar o tamanho das bancadas estaduais na Câmara. Alguns estados ganharam mais deputados; outros perderam. O mais beneficiado pela ampliação foi o Pará, que passa a contar com mais quatro representantes na Câmara Federal e, conseqüentemente, aumenta também o número de deputados estaduais. No caso do Paraná, o estado terá sua bancada federal reduzida de 30 para 29 deputados e a Assembleia Legislativa passa de 54 para 53 cadeiras. Outros seis estados foram atingidos (por aumento ou redução). Descontente com a decisão, que deve valer para a eleição deste ano, o Congresso já se articula contra o TSE. A justificativa seria que o tribunal não teria competência legal para adotar a medida, que só seria válida se fosse estabelecida por lei complementar. Renan Calheiros, presidente do Senado, chegou a dizer que o TSE teria "usurpado" os poderes do Legislativo. Esse imbróglio só deve ser resolvido após o Supremo Tribunal Federal (STF) analisar o caso e se pronunciar a respeito.

Estabelecer critérios claros e seguros para a distribuição das cadeiras da Câmara de forma a dar mais justiça à representatividade dos estados e dos próprios eleitores é uma necessidade. Se a questão for apenas numérica, há de se pensar, por exemplo, que a Constituição estabelece o número mínimo e máximo de deputados por estado, o que leva a distorções quando se compara a população de algumas unidades da Federação. Diante disso, a suposta proporcionalidade não seria exatamente aplicada, pois acabou por dar pesos distintos aos votos dos eleitores dos diferentes colégios eleitorais, violando o princípio democrático de que todos os cidadãos tenham votos com valores iguais. Trata-se de uma violação à norma "um homem, um voto". Assim, proporcionalmente, o voto de cada eleitor do despovoado estado de Roraima (que terá sempre ao menos 8 deputados federais) vale mais do que o voto de um eleitor de São Paulo, o estado mais populoso, onde, independentemente do número da população, só poderão ser eleitos 70 deputados.

Mas mais importante do que a questão meramente numérica é a qualidade da atuação de nossos representantes. De nada adianta a um estado contar com uma bancada numerosa se cada parlamentar trabalhar de forma isolada, defendendo interesses muito restritos em vez de olhar o bem de toda a população. Da mesma forma, até uma bancada reduzida pode conseguir benefícios concretos ao seu estado quando se articula e dá prioridade ao interesse coletivo. Infelizmente, salvo dignas exceções, o que se vê normalmente são parlamentares pouco afeitos ao trabalho articulado na defesa de alguma bandeira estadual.

**CONTINUA**

05 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

O próprio Paraná é um exemplo disso. Nas ocasiões em que as lideranças do estado conseguem trabalhar conjuntamente, os resultados são visíveis, como na alteração do corredor ferroviário paranaense. Ao perceber que o traçado original apresentado pelo governo federal não atendia aos interesses do estado, políticos e entidades se mobilizaram e conseguiram mudar o projeto. É apenas com a atuação articulada e orientada para o bem comum de nossos políticos que será possível ao Paraná garantir que seus interesses sejam defendidos no Congresso. Sem isso, pouca diferença fará ter um deputado a mais ou a menos nos representando.

05 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## Justiça suspende contratos para extração de gás

Decisão ordena que sejam feitos novos estudos ambientais sobre os efeitos do fracking, técnica usada para explorar gás de xisto

### CASCABEL

Luiz Carlos da Cruz,  
correspondente

O juiz federal Leonardo Cacau Santos La Bradbury, de Cascavel, suspendeu na tarde de ontem os efeitos da 12.<sup>a</sup> rodada de licitações promovidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), que já contava com contratos assinados para a exploração de gás de folhelho (também conhecido como gás de xisto) no Paraná.

A decisão atinge as empresas Copel, Bayar Empreendimentos, Tucumann Engenharia, Petrobras, Petra Energia e Cowan Petróleo e Gás. A exploração da reser-

va de gás de xisto seria feita por meio da técnica de *fracking*, também conhecida como fraturamento hidráulico — o método é alvo de críticas de ambientalistas e geólogos, que o consideram danoso ao meio ambiente.

Na decisão, o juiz ordena que sejam realizados estudos técnicos-ambientais pelo Ibama que demonstrem a viabilidade, ou não, do uso da técnica. A Justiça cobra ainda uma prévia regulamentação pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) autorizando a utilização do método, estabelecendo, inclusive, o seu alcance e limites de atuação das empresas exploradoras.

As empresas estão impedidas de assinar contratos de concessão dos blocos localizados dentro da faixa de fronteira e os já assinados estão com seus efeitos suspensos. A ANP também terá que disponibilizar a íntegra dos contratos de concessão em seu site institucional.

A decisão judicial foi em resposta a uma ação civil pública impetrada pelo

Ministério Público Federal e ocorreu um dia pós um protesto de moradores de Toledo contra o uso do *fracking*. A população teme que a técnica, que usa líquidos que provocam explosões em rochas subterrâneas para liberar a passagem do gás, provoque contaminação de lençóis freáticos.

### Diferenças

O geólogo Vinicius Lorence lembra que existem poucas pesquisas sobre o *fracking* no Brasil. Ele diz que em países como os Estados Unidos e Canadá o fraturamento hidráulico foi utilizado sem grandes impactos ambientais, mas o exemplo de lá não pode ser aplicado ao Brasil. Isto porque cada região possui rochas diferenciadas e que necessitam de novos estudos. Em alguns países, como a Noruega, a utilização do método se revelou desastrosa ao meio ambiente.

A reportagem não conseguiu contato ontem à noite com a ANP e as empresas que tiveram os contratos suspensos.

05 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## **PGR defende modificação de bancadas pela Justiça**

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defende que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem competência para determinar uma nova divisão dos tamanhos das bancadas dos deputados federais de 13 estados — a do Paraná, hoje com 30 parlamentares, ficaria com 29. O STF deve analisar na próxima semana ações que questionam a constitucionalidade da resolução do TSE que alterou a composição das bancadas na Câmara.

Para Janot, é “legítimo e compatível” com o sistema de interação entre os poderes que esse debate não ocorra nas casas legislativas. “Atribuir aos representantes a discussão a respeito da distribuição das próprias vagas poderia conduzir a polêmicas insolúveis”, afirmou o procurador. Na avaliação do Ministério Público Federal, a manutenção das bancadas fere a Constituição.

## **Procurador recomenda retorno de Genoino para a prisão domiciliar**

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu ontem que o ex-presidente do PT José Genoino, condenado no processo do mensalão, retorne para a prisão domiciliar. Genoino cumpre pena desde o mês passado na Penitenciária da Papuda, em Brasília. A recomendação foi enviada em parecer ao Supremo Tribunal Federal. Na semana passada, a defesa do petista ingressou com um pedido de retorno para prisão domiciliar alegando que o quadro de saúde de Genoino piorou na prisão. Segundo Janot, há dúvidas se a manutenção dele no presídio não o coloca em risco.

## **PRECATÓRIOS**

### **Kassab é condenado por uso irregular de R\$ 120 milhões**

A Justiça condenou o ex-prefeito de São Paulo e presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, à perda dos direitos políticos e ao pagamento de multa. A 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo entendeu que ele violou a lei, quando era prefeito, ao redirecionar R\$ 120 milhões destinados à quitação de precatórios (dívidas reconhecidas pela Justiça) para outras atividades. Cabe recurso da decisão. Como a sentença é de 1ª instância, Kassab não está inelegível.

### **Conselheiro suspeito de receber propina pede licença do TC-SP**

Sob suspeita de ter recebido US\$ 2,7 milhões em propinas da multinacional francesa Alstom, o conselheiro do Tribunal de Contas (TC) de São Paulo Robson Marinho tirou licença-prêmio por sete dias. Marinho está sob investigação do Ministério Público de São Paulo e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A licença-prêmio é um benefício ao qual servidores públicos têm direito a desfrutar de acordo com um determinado período de trabalho. Ao pedir a licença, Marinho tenta livrar-se da forte pressão que vem sofrendo em seus próprios domínios. Ele nega ter recebido propinas.

05 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Plantão de juízes vai julgar abuso em protestos na Copa

### Centros funcionarão no Rio e em SP; entidades contestam validade do sistema

MONIQUE OLIVEIRA  
DE SÃO PAULO

Um plantão de juízes, promotores e defensores públicos, montado em São Paulo e no Rio, funcionará 24h durante a Copa. Ele apreciará abusos em protestos e greves.

O foco do Ceprajud (Centro de Pronto Centro de Atendimento Judiciário) são as prisões em flagrante.

Em São Paulo, ele funciona no Fórum Criminal da Barra Funda (zona oeste), e, no Rio, no Tribunal de Justiça.

O sistema foi criado por portaria do Tribunal de Justiça de São Paulo em dezembro de 2013, na esteira das manifestações de junho. O espaço foi inaugurado em março.

No Rio, um centro semelhante está pronto desde maio. Ele foi criado segundo orientação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Organizações de direitos humanos, no entanto, não concordam com o plantão, que criminalizaria as manifestações e estabeleceria “juízes de exceção” sem independência. Há um pedido em trâmite para suspender o sistema. Ele ainda será julgado pelo CNJ, mas já foi indeferido em caráter liminar.

As entidades também destacam que os juízes de plantão, em São Paulo, são eleitos diretamente pelo presidente dos tribunais, o que feriria o princípio de juiz natural, com estabilidade e possibilidade de escolha de onde vai atuar.

A Associação de Juízes pela Democracia divulgou nota criticando o Ceprajud. “Criou-se um tribunal para julgar um determinado cidadão: aquele que protesta”, diz seu presidente, André Augusto Salvador Bezerra.

Procurado pela Folha, o CNJ diz que só se pronunciará quando houver decisão definitiva. O TJ-SP e o Ministério Público de São Paulo não responderam até a conclusão

...

05 JUN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Bancos estimam indenizações de até R\$ 10 bi

A Federação Brasileira de Bancos estima que o valor correto do pedido de ação indenizatória para cadernetas de poupança por perdas com planos econômicos, atualmente no STF (Supremo Tribunal Federal), é de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões. Para o Ministério Público Federal, o valor é de R\$ 441 bilhões.

## MÔNICA BERGAMO

### COLMEIA

Chamar um policial que integra um serviço de informações de “araponga” ou “abelhudo” não é ofensa. A decisão é do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que alterou sentença que previa o pagamento de R\$ 40 mil a cada um de dez policiais definidos desta forma por uma revista brasileira.

De acordo com os magistrados, o uso de expressões coloquiais ou popularescas não representam “por si só” um ilícito civil.

## PAINEL DO LEITOR

### Joaquim Barbosa

Com a renúncia do ministro Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal, o PT pode agora ter quase a maioria absoluta do STF. Pois a tônica é esta, nomear ministros bem novinhos, sem experiência suficiente para ser nomeado à mais alta corte do Judiciário. Assim vai se formando um Supremo com ministros que podem ficar por 30 anos interpretando as leis e votando processos de acordo com os interesses do partido que o nomeou. Em breve os ministros do STF estarão usando togas vermelhas.

FLÁVIO CARDOSO (Guariba, SP)



05 JUN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça italiana decide hoje sobre pedido para extraditar Pizzolato

**DE ROMA E DE BOLONHA** - A Corte de Apelação de Bolonha julga nesta quinta-feira (5) o pedido de extradição do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, preso desde fevereiro na Itália.

O destino de Pizzolato, condenado a 12 anos e 7 meses de prisão no julgamento do mensalão, será decidido por três juízes em uma sessão em que a situação dos direitos humanos nos presídios brasileiros deverá ser intensamente discutida.

Na principal peça elaborada pela defesa do ex-diretor, a ênfase é dada à insegurança e às más condições do sistema

carcerário brasileiro —um dos exemplos citados é o do complexo de Pedrinhas (MA), que ganhou projeção internacional após detentos registrarem, em vídeo, a decapitação de outros presos.

Tratado firmado entre Brasil e Itália em 1989 prevê a recusa da extradição se houver “fundado motivo para supor” que o réu ou condenado terá seus direitos fundamentais violados.

A Procuradoria-Geral da República enviou um dossiê sobre a situação de três presídios que poderiam receber o petista: a Papuda (DF) e as penitenciárias de Curitiba e Itajaí (SC).

### Kassab é condenado por diminuir verbas para os precatórios

**DE SÃO PAULO** - A Justiça condenou o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD) à perda dos direitos políticos e ao pagamento de multa por entender que ele violou a lei ao tirar recursos da quitação de precatórios e usar as verbas para outras finalidades da prefeitura.

Precatórios são dívidas do governo que, após serem reconhecidas pela Justiça, devem ser pagas segundo regras gerais. Segundo decisão do juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital Evandro Carlos de Oliveira, quando o orçamento de 2006 da Prefeitura de São Paulo foi aprovado, havia previsão de gasto de R\$ 240 milhões com precatórios. Porém, depois Kassab editou decretos que levaram à quitação de só R\$ 120 milhões em 2006, o que violou a legislação. Oliveira condenou Kassab à perda dos direitos políticos por três anos e multa. Cabe recurso. A sentença não enquadra Kassab na Lei da Ficha Limpa porque é de 1ª instância e o juiz não viu aponta enriquecimento ilícito.

### Janot defende que Genoino fique preso em sua casa

#### Quadro do petista teve piora, diz procurador

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu nesta quarta-feira (4) que o ex-presidente do PT José Genoino, condenado no processo do mensalão, retorne para a prisão domiciliar. Desde o mês passado ele cumpre pena no Complexo Penitenciário da Papuda.

A recomendação de Janot foi enviada em parecer ao STF (Supremo Tribunal Federal). Na semana passada, a defesa do petista ingressou com um pedido de retorno à prisão domiciliar alegando que seu quadro de saúde piorou na prisão, tendo sofrido três crises hipertensivas.

Segundo ele, há dúvidas se a manutenção de Genoino no presídio não traz um risco para sua saúde, a despeito do “relatório apresentado pela conceituada junta” que avaliou o petista. (MÁRCIO FALCÃO)

05 JUN 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STJ – Segunda Seção define em repetitivo teses sobre liquidação

**A**o julgar como repetitivo recurso especial interposto pela Brasil Telecom, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu teses sobre liquidação de sentença, que servirão especialmente para a solução de diversas demandas que envolvem complementação de ações de empresas de telefonia.

O colegiado debateu acerca de duas questões jurídicas: atribuição do encargo de antecipar os honorários periciais ao autor da liquidação de sentença, no caso de perícia determinada de ofício; e possibilidade de atribuição do encargo ao réu, na hipótese em que o autor é beneficiário de gratuidade da Justiça.

Seguindo o voto do relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, a Segunda Seção estabeleceu que:

1) Na liquidação por cálculos do credor, descabe transferir do exequente para o executado o ônus do pagamento de honorários devidos ao perito que elabora a memória de cálculos;

2) Se o credor for beneficiário da gratuidade da Justiça, pode-se determinar a elaboração dos cál-

culos pela contadoria judicial;

3) Na fase autônoma de liquidação de sentença (por arbitramento ou por artigos), incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais.

As duas primeiras teses consolidam, para os efeitos do recurso repetitivo, entendimento já firmado pela Corte Especial do STJ (EREsp 541.024 e 450.809) a respeito da liquidação por cálculos do credor. A terceira tese foi fixada para as demais espécies de liquidação.

### JUSTIÇA GRATUITA

Essa terceira tese foi aplicada para a solução do caso julgado, pois se tratava de liquidação por arbitramento. A autora da ação – que teve sucesso na demanda – conseguiu os documentos necessários para o cálculo do montante e, com base nisso, elaborou memória de cálculos e apresentou pedido de cumprimento de sentença no valor de R\$ 40.695,91.

O juízo de origem deixou de determinar o processamento do pedido pelo rito do artigo 475-J do Código de Processo Civil (CPC) – no qual o devedor, condenado

ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, deve efetuar o pagamento em 15 dias, sob pena de multa – e determinou a realização de perícia por considerar que havia controvérsia quanto ao valor do débito.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina considerou que os honorários periciais deveriam ser arcados pela ré – a companhia telefônica –, por ser a autora beneficiária da Justiça gratuita. No STJ, a Brasil Telecom defendeu que caberia à autora da liquidação da sentença antecipar os honorários do perito.

### CÁLCULOS ARITMÉTICOS

O ministro Sanseverino explicou que a liquidação por arbitramento (que foi determinada pelo magistrado de primeiro grau) somente é necessária quando a perícia for imprescindível para a apuração do valor devido.

Com base em precedente, ele afirmou que, “tratando-se de meros cálculos aritméticos, a liquidação se processa extrajudicialmente, por cálculos do credor, instaurando-se logo em seguida o cumprimento de sentença” (REsp 1.387.249).

05 JUN 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Indeferida liminar contra revogação de prisão de Marco Prisco

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu liminar requerida em Mandado de Segurança (MS 32993) impetrado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra decisão do juiz da 17ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia que revogou a prisão preventiva de Marco Prisco Caldas. Prisco, vereador em Salvador, responde a ação penal na Justiça Federal por supostos atos praticados durante a greve da Polícia Militar em 2012, tipificados na Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983).

Inicialmente, o procurador-geral sustenta o cabimento de mandado de segurança na hipótese, pois embora a decisão do juízo de primeira instância tenha sido

questionada por meio de recurso em sentido estrito, tal recurso não possui efeito suspensivo. Alega que a liberdade do vereador representa “continua ameaça à coletividade, concretizada, por exemplo, no movimento grevista deflagrado em 2014, que aterrorizou a população em virtude do aumento expressivo da criminalidade”.

Ela destaca ainda que Prisco faz parte da liderança nacional dos policiais militares, e sua soltura representaria risco ao país, sobretudo devido à proximidade da Copa do Mundo e das eleições de outubro. Segundo Janot, a imposição de medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, como a necessidade de comparecimento em juízo, limita-

ção de contatos e proibição de se ausentar da comarca, “não afasta o risco de ele atuar, gerando um estado de instabilidade no País, uma vez que ele já descumpriu, em outra oportunidade, medidas impostas no processo a que responde na Justiça estadual”.

Para o ministro Lewandowski, porém, não ficou demonstrada, de modo inequívoco, a presença dos requisitos autorizadores da liminar. Segundo ele, não há, para o deferimento da cautelar, “a presença de fundamento relevante e da possibilidade de ser ineficaz a ordem pleiteada caso deferida apenas ao final do julgamento”, concluiu, ressaltando que a decisão pode ser revista “caso as circunstâncias supervenientes assim o recomendarem”.

## 2ª Turma mantém curso de ação penal contra delegado paulista

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o curso de ação penal na Justiça paulista contra Marcelo Teixeira Lima, delegado do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) da Polícia Civil de São Paulo. Durante investigação sobre o grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC), o policial teria extorquido um traficante e se apropriado das drogas. A decisão foi tomada por unanimidade na sessão desta

terça-feira (3), no julgamento do Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 121149.

O Ministério Público estadual denunciou Marcelo Lima pela suposta prática dos delitos de sequestro, extorsão qualificada, furto, falsidade ideológica, tráfico e associação para o tráfico de drogas. Após a prisão preventiva do réu, a defesa do delegado impetrou habeas corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sempre com a alegação de que o acusado estaria sofrendo constrangimento ilegal em virtude da falta de justa causa para a ação penal.

05 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Justiça Federal afasta bloqueio de R\$ 2 mi de empresa de ex-diretor da CPTM

A Justiça Federal afastou o bloqueio de R\$ 2 milhões da empresa Focco Tecnologia que estavam sequestrados pela suspeita de pagamento de propina envolvendo o cartel dos trens no Estado de São Paulo. A Focco tem como sócio Ademir Venâncio de Araújo, ex-diretor da CPTM. Até 2013, também era sócio João Roberto Zaniboni, igualmente ex-diretor da estatal. Ambos foram indiciados pela Polícia Federal sob suspei-

ta de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do cartel.

A Focco recebeu R\$ 2 milhões da multinacional francesa Alstom, também investigada pela PF. O juiz Marcelo Cavalari, porém, reconsiderou sua decisão inicial após manifestação dos advogados da Focco, e afirmou, na decisão, que a defesa conseguiu comprovar que o valor de R\$ 2 milhões se refere a serviços efetivamente prestados pela Focco.

### Janot quer que Genoio volte à prisão domiciliar

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu, em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal, que o ex-deputado José Genoio volte a cumprir pena em casa. Para Janot, há dúvida sobre a capacidade da equipe médica do presídio da Papuda de garantir atendimento a Genoio, que tem problemas cardíacos. O procurador defende a reversão da decisão do presidente do STF, Joaquim Barbosa, que em abril determinou a volta de Genoio à cadeia.

### TUTTY

#### Entra e sai

A Justiça no Brasil decidiu estabelecer um esquema de rodízio de corruptos na cadeia: agora mesmo, prendeu o Paulo Otávio e soltou o Nicolau!

05 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# Kassab é condenado prestes a fechar aliança

Ex-prefeito foi sentenciado por não cumprir ordem judicial; em SP, ele negocia com PSDB e PMDB e pode ser vice de Alckmin

**Fausto Macedo**  
**Mateus Coutinho**

O ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD) foi condenado por improbidade administrativa por não respeitar a ordem judicial para pagar precatórios alimentares em 2006. A condenação ocorre no momento em que o ex-prefeito negocia o apoio do seu partido na eleição para o governo do Estado.

O juiz Evandro Carlos de Oliveira condenou Kassab a pagar multa equivalente a 30 vezes sua remuneração recebida no último mês de seu exercício enquanto prefeito em 2006. O ex-prefeito também teve os direitos políticos suspensos por três anos e não poderá contratar com o poder público nesse período.

A decisão cabe recurso. A suspensão dos direitos políticos só terá validade imediata se a condenação for confirmada em segunda instância – o que o enquadraria na Lei da Ficha Limpa – ou se a sentença for definitiva.

Kassab foi acusado pelo Ministério Público de, em 2006, ter recebido determinação judicial de pagar R\$ 240,7 milhões em precatórios alimentares, mas destinou apenas R\$ 122 milhões. A diferença de valor teria sido desviada, por meio de decretos, para outras finalidades.

Os advogados Igor Tamasauskas e Pierpaolo Bottini, defensores de Kassab, alegam que “não se pode acusar o administrador público de agir com improbidade se não há capacidade financeira da Prefeitura para arcar com todas as dívidas herdadas de administrações anteriores”.

Ontem, em Ribeirão Preto

### Definição

“Semana que vem esperamos ter essa aliança (para a eleição no Estado de São Paulo) amadurecida.

É evidente que não há unanimidade”

**Gilberto Kassab**

PRESIDENTE

NACIONAL DO PSD

(SP), Kassab manteve suspense sobre a decisão que o PSD vai tomar na eleição estadual. Disse que seu partido definirá até o fim da próxima semana se apoiará o PSDB ou o PMDB no Estado nas eleições, ou se manterá a candidatura própria. “Esperamos ter essa aliança amadurecida. Evidente que não há unanimidade”, afirmou Kassab, presidente nacional do PSD. Ele ratificou sua posição pessoal pela candidatura própria.

Com o PDT já fechado com o pré-candidato do PMDB, Paulo Skaf, e o PR próximo de acertar com o petista Alexandre Padilha, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) – que vai disputar a reeleição – aposta numa aliança com o PSD e o PSB para conquistar tempo de TV no horário eleitoral gratuito superior ao dos seus adversários.

Por isso, Kassab tem leiloado seu apoio e é cotado como opção para a vice do tucano. A aliança com o PSB enfrenta a resistência da ex-ministra Marina Silva, pré-candidata a vice-presidente na chapa do ex-governador Eduardo Campos.

No plano nacional, o ex-prefeito voltou a afastar a hipótese de o PSD se coligar ao PSDB e indicar o vice do senador e pré-candidato tucano, Aécio Neves, na eleição presidencial. Ele reafirmou o apoio do partido à reeleição da presidente Dilma Rousseff. “Qualquer acordo com o PSDB e com o Aécio está afastado. Dilma é a minha candidata”, disse. / COLABORARAM ANA

FERNANDES e GUSTAVO PORTO

05 JUN 2014

BEM PARANÁ

# Paraná terá delegados em todas as comarcas

**Meta foi alcançada com a nomeação de 485 novos policiais civis concursados**

O governador Beto Richa nomeou ontem mais 485 profissionais para a Polícia Civil do Paraná. São 66 novos delegados, 375 investigadores e 44 papiloscopistas, que irão atuar em todas as regiões do Estado. O grupo foi o primeiro a cumprir todos os requisitos previstos no edital do concurso público para ingressar na corporação. Outros nove delegados, 38 investigadores e quatro papiloscopistas ainda serão chamados. Assim, o efetivo da Polícia Civil terá 536 novos profissionais.

Além disso, o governador enviou à Assembleia Legislativa um pedido de autorização para chamar mais 65 investigadores aprovados em concursos que vencem em julho. "Teremos o maior efetivo de policiais civis de toda a nossa história. Aumentar o contingente reflete em queda da criminalidade", disse Richa na solenidade de nomeação, realizada no Palácio Iguaçu, em Curitiba.

Com as nomeações o Paraná vai atingir a meta de ter um delegado em cada Comarca do Estado. "Esta é uma marca histórica, o que demonstra nosso respeito com a segurança pública, que foi a maior preocupação apontada pelos paranaenses quando assumi o governo", afirmou o governador.

Até o final de 2014, o Governo do Estado terá incorporado 10 mil profissionais para as polícias Militar, Civil e Científica.

05 JUN 2014

## BEMPARANÁ

### **Casa acolhe vítimas crianças de violência**

Ontem, a Fundação Iniciativa reinaugurou a primeira casa lar reformada com apoio da GVT. Batizada carinhosamente de Lima-Limão, o espaço abriga oito crianças de 3 a 11 anos, afastadas judicialmente de suas famílias por terem sido vítimas de violência doméstica. E para tornar o ambiente mais aconchegante, as crianças escolheram um limoeiro para plantar no quintal. Foi assim que nasceu o apelido "Lima-Limão".

Depois de três meses de obras, os pequenos moradores e suas mães sociais ganharam um espaço reformado com conexão GVT à internet de 10Mbps para acessar conteúdos educativos e jogos além de TV por assinatura da GVT com canais infantis. Estabelecida em 1998, a Fundação Iniciativa assiste atualmente 31 crianças em quatro casas lares. O apoio da GVT à instituição faz parte da política de sustentabilidade da empresa.

### **Defensoria**

O governo enviou ontem à Assembleia proposta de reajuste de 6,28% para os servidores da Defensoria Pública do Estado. O percentual é o mesmo do que já foi concedido aos servidores do quadro geral do Executivo, funcionários do Legislativo, Ministério Público e TCE. A proposta não especifica o impacto financeiro do aumento.

05 JUN 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Emissoras disputam entrevista com o ministro Joaquim Barbosa**

O ministro Joaquim Barbosa (foto), 59 anos, está na mira de quase todos os canais de televisão. Assim que anunciou a sua aposentadoria, começou a corrida das emissoras por uma grande e polêmica entrevista com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).





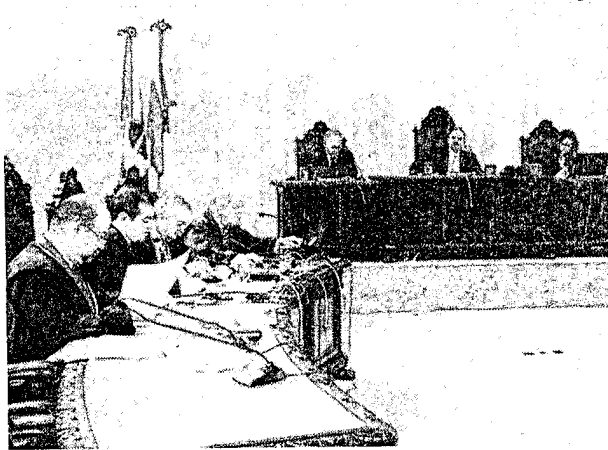
05 JUN 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Paraná tem 1.275 políticos na lista de inelegíveis

### Relação foi encaminhada para o Tribunal Regional Eleitoral

O Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) encaminhou na manhã desta quarta-feira (4) a Lista dos Agentes Públicos com Contas Julgadas Irregulares à Justiça Eleitoral. A relação é composta por 1.783 registros, relativos a 1.275 administradores públicos, que tiveram contas desaprovadas pelo órgão de controle externo nos últimos oito anos. Todos os processos têm trânsito em julgado. A Justiça Eleitoral adota a



Divulgação

O Tribunal de Contas divulgou que está com pendências

lista como um dos critérios para impugnação de candidaturas.

Este ano, a relação tem duas novidades: a primeira é o levantamen-

to georreferenciado, que traz a quantidade de registros de irregularidades por município. Curitiba vem em primeiro lugar, com 91 anotações. Um dos motivos é o fato de ser a capital do Estado e, por isso, ser a sede de órgãos e entidades estaduais. Na sequência vêm Umuarama, com 57 registros, e Londrina, com 34. A segunda novidade é a síntese das irregularidades, que apresenta as principais causas de desaprovação.

## Justiça cassa direitos políticos de Kassab

A 7ª Vara da Fazenda Pública condenou o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD) por improbidade administrativa pelo não pagamento de precatórios, que são ordens da Justiça para quitar dívidas, previstas em lei orçamentária. O ex-prefeito foi multado



Kassab é pré-candidato ao governo de São Paulo

em 30 vezes o valor do salário que ele recebia naquele ano e teve os direitos políticos suspensos por três anos. Como a decisão é de primeira instância, o ex-prefeito poderá recorrer. Kassab é pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PSD.

Segundo o Tribunal de Justiça, em 2006, então prefeito Kassab tinha que pagar R\$ 240 milhões em precatórios e pagou R\$ 122 milhões. A diferença de valor teria sido destinada, por meio de decretos, para outras finalidades.